

CRESCIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE: A DIMENSÃO AMBIENTAL DA GLOBALIZAÇÃO

Noval Benayon Mello¹
Jeane de Amorim Freire²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo trazer à tona a relação antagônica entre o crescimento econômico e o meio ambiente como resultado do processo de globalização. Para tanto foi realizado um breve resgate histórico das discussões ambientais, com a abordagem de conceitos como ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, no qual verificou-se que mesmo com todo o avanço das discussões ambientais, as ações e propostas foram insuficientes para conter a degradação ambiental e social. Para transformar essa situação seria necessário investimentos em educação, participação social, mudança na base cultural e de valores, preservação dos recursos naturais e satisfação das necessidades básicas.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Meio Ambiente. Globalização.

1 Economia (UFAM), Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ), Doutor em Educação (UFF), Professor Associado 4 da UFAM. E-mail: nbeaionmello@ig.com.br

2 Assistente Social (UFAM), Especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas pela UNINORTE, Assistente Social da Coordenação de Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFAM, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Endereço Postal: Rua Lírio roxo, nº 19, Quadra A3, Parque das Garças, Novo Aleixo, Manaus – AM, Cep: 69098-354. E-mail: jeaneamorim@yahoo.com.br

ABSTRACT

This article aims to bring to light the antagonistic relationship between economic growth and the environment as a result of the globalization process. Therefore it conducted a brief historical review of the environmental discussions, with the approach of concepts such as eco-development and sustainable development, in which it was found that even with all the advances in environmental discussions, actions and proposals were insufficient to contain environmental degradation and social. To turn this situation would require investments in education, social participation, change in cultural background and values, preservation of natural resources and meeting the basic needs.

Keywords: Economic Growth. Environment. Globalization.

Introdução

O atual modelo de crescimento econômico, sob a égide da ideologia do mercado, tem gerado enormes desequilíbrios e contradições, nos países onde exerce a sua hegemonia, particularmente entre os países subdesenvolvidos. Se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia (MENDES, 2008).

O crescimento não conduz automaticamente à igualdade, nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população.

Assim, quando se fala em crescimento econômico associado ao meio ambiente, que seria a proposta do chamado desenvolvimento sustentável, que, em tese, preocupa-se com a geração de riquezas, mas sem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta, colocamos em questão a possibilidade real dessa combinação em meio ao capitalismo neoliberal e a globalização da economia.

Portanto, o presente artigo trará à tona essa relação antagônica entre crescimento econômico e meio ambiente como resultado do processo de globalização.

I. Crescimento econômico: Dogmas persistentes das escolas econômicas clássica e neoclássica

A relação conflituosa e contraditória entre riqueza e degradação ambiental e miséria resultam da adoção de um modelo econômico ainda obediente aos dogmas das escolas econômicas clássica e neoclássica, surgidas a partir de meados do século XVIII e do final do XIX.

Os princípios doutrinários dessas duas escolas dão plena ênfase à economia de mercado. Tem como base a crença de que os chamados mecanismos de mercado, atuando num ambiente de mínima intervenção governamental contrária aos seus interesses, condição *sine qua non* para promover o crescimento econômico, sinônimo de prosperidade.

De acordo com a ideologia da economia de mercado que estimula o indivi-

dualismo e o egoísmo, o conceito de hedonismo, princípio da máxima felicidade, preconiza que mais é melhor que menos, na cultura de que ter é melhor que ser. Quanto mais ter, melhor. Com isso confunde crescimento econômico com prosperidade. Dentro dessa lógica não haverá limites ao crescimento e os países devem, então, crescer continuamente. O princípio da liberdade não põe limites a produção e ao consumo num mundo fisicamente limitado. Num mundo limitado, a liberdade sem limite é impossível e qualquer proposta nesse sentido é antiética e imoral.

A liberdade de acumular bens indefinidamente é uma delas. O que não é possível. Existem pelo menos dois tipos de limitação ao crescimento ilimitado: recursos ecológicos limitados e crescimento populacional (JACKSON, T. 2013, p 59).

O primeiro se refere as quantidades finitas dos recursos ecológicos naturais que tornam possível a vida no planeta. O nível atual da atividade econômica fundada num alto índice de consumo de energia fóssil não renovável, a emissão de carbono, além da produção de resíduos sólidos não degradáveis, descartados em níveis elevados pela sociedade, está destruindo a integridade ecológica e colocando em risco a funcionalidade do sistema. Ignorar esse limite é condenar as gerações vindouras a viver num ambiente cada vez mais inóspito, quiçá inabitável.

A segunda limitação refere-se ao próprio ritmo de crescimento populacional. O crescimento descontrolado da população, caso venha a ocorrer, pode acelerar o esgotamento dos recursos ecológicos da terra, comprometendo a própria continuidade da vida do planeta num tempo próximo. A prosperidade social só poderá ser compreendida quando todas as pessoas em qualquer lugar sejam capazes de florescer com bem estar social.

2. Crescimento econômico X prosperidade social: Qual a medida certa dessa relação?

A ideologia neoliberal (e sua premissa de liberdade/libertária) associa, de forma mecanicista e linear, crescimento da renda com prosperidade.

A medida de crescimento da renda nacional é, de acordo com a visão neoclássica, expressa na variação positiva do PIB. O PIB *per capita* que divide a riqueza de um país “igualmente” entre seus habitantes, leva embutida a crença de

que quanto maior for a renda, maior será o crescimento e, por conseguinte, o nível de prosperidade e satisfação com a vida. A história tem dado provas de que não é bem assim. Dela deriva a ideia do paradoxo da felicidade/vida satisfação (JACKSON, 2013). Pesquisas realizadas pelo autor em um conjunto de países tem demonstrado que o sentimento de felicidade das pessoas tem declinado nas últimas décadas, mesmo com o aumento considerável na renda real de cada país.

Pode-se citar como exemplo os EUA, cuja renda *per capita* triplicou desde os anos 1950, mas o nível de satisfação felicidade pouco aumentou e experimentou um declínio desde os meados dos anos 1970 (início do governo neoliberal de Ronald Reagan). Na Grã Bretanha mesmo com a renda dobrada, o percentual de pessoas que se consideram “muito felizes” que em 1957 era de 57%, caiu para 36% hoje (JACKSON, 2013. p. 54).

Na dimensão tecnológica existe um conflito entre a tecnologia convencional e a tecnologia de mercado. A tecnologia convencional, no sistema metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002) da economia de mercado é uma tecnologia para o consumo de massa, desde que se possa pagar por ele. Como o lucro é a variável determinante, quanto maior a produção maior o lucro, que leva cada vez mais ao uso intensivo de recursos não renováveis. E como um efeito colateral não desejado tem-se a geração de lixo tecnológico, tóxico, radioativo num nível nunca antes atingido. Vivemos hoje um momento de desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes. Ao mesmo tempo em que nunca se poluiu tanto o planeta como agora.

O consumo cada vez mais exacerbado de bens de luxo e de bens duráveis é considerado pelo sistema do capital como fator vital de motivação para todos e para os donos do dinheiro, as classes dominantes em particular. A cada dia se lançam novos produtos no mercado que precisam ser consumidos rapidamente para que o sistema econômico continue seu funcionamento. E isso gera lucros fabulosos para os setores oligopólicos da economia mundial. Mas isso representa mais consumo, mais descarte. A busca por maior competitividade para baratear os artigos produzidos tem levado às vezes a torna-los menos duráveis, resultado de um processo de obsolescência programada. Quando os artigos se quebram, o alto preço do conserto por vezes torna mais em conta comprar um artigo novo do que consertá-lo (MÉSZÁROS, 2002, p. 636). E o lixo tecnológico gerado pela “sociedade dos descartáveis” (MÉSZÁROS, 2002, p. 640) constitui hoje

um problema global de grandes proporções. Isso tem levado o mundo a um impasse. Pode ser preciso que haja menos crescimento, com menos desperdício e mais prosperidade e mais satisfação com a vida.

Para isso a economia deve ser orientada para as necessidades reais das pessoas, reduzindo-se consideravelmente o consumo conspícuo de uma classe que cultiva o luxo e a ostentação como necessidade. O luxo e a ostentação tornam-se o regulador do sociometabolismo do sistema do capital e passam a ter um caráter benéfico como consumo de bens supérfluos (MÉSZÁROS, 2002, p. 643).

3. Meio ambiente: Emergência histórica dos conceitos e das práticas

Embora os primeiros sinais de discursos ambientais possam ser identificados em diversos relatos e contextos históricos anteriores, suas expressões mais recentes talvez possam ser observadas nos princípios da década de 70 do século passado. Alguns elementos importantes apontados nessa discussão foram pontuados por Bellen (2006) e Brüseke (1995) como acontecimentos que introduziram o conceito de desenvolvimento sustentável: o relatório sobre os limites do crescimento em 1972 (Conferência de Estocolmo), surgimento do conceito de ecodesenvolvimento em 1973, Declaração de Cocoyok em 1974, o relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld em 1975 e finalmente a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, realizada no Rio de Janeiro, comumente conhecida como Rio 92.

Podemos ver seus sinais nos movimentos sociais em defesa da ecologia que foram colocados em evidência nesse período ao redor do mundo; nos relatórios do Clube de Roma que produziu um relatório mundialmente conhecido como *The Limits to Growth*, contrapondo-se a ideia da ausência de limites para exploração dos recursos da natureza e à concepção dominante de crescimento contínuo da sociedade industrial; e mais ou menos diretamente, nos trabalhos de autores pioneiros, de diversos campos, que refletiram sobre as mesmas questões.

Contudo, as referências mais claras e sistematizadas à noção de desenvolvimento sustentável estão nos trabalhos do economista Ignacy Sachs, que desenvolveu a noção de Ecodesenvolvimento, e nas propostas do Relatório de Brundtland elaborado a partir da *World Commission on Environment and Develop-*

ment (WCED) que projetaram mundialmente o termo “desenvolvimento sustentável” e o conteúdo da nova estratégia oficial de desenvolvimento.

Sachs (1997), ao formular a noção de Ecodesenvolvimento, propunha uma alternativa à concepção clássica de desenvolvimento que articulava a educação, a participação social, a preservação dos recursos naturais e a satisfação das necessidades básicas. Perseguiu, com especial atenção, meios de superar a marginalização e a dependência política, cultural e tecnológica das populações envolvidas nos processos de mudança social. São, portanto, marcantes em seus trabalhos o compromisso com os direitos e o combate às desigualdades sociais e defesa com a autonomia dos povos e países do Norte, uma vez que seus estudos sobre ecodesenvolvimento referiam-se inicialmente a algumas regiões de países subdesenvolvidos e na percepção de que os problemas ambientais estão na interdependência entre o modelo dominante de desenvolvimento e o meio ambiente.

A Comissão Brundtland, por sua vez, embora apoiada em muitas das idéias apontadas por Sachs, chegou a um resultado diferente, ao desprezar o conteúdo político e emancipador do Ecodesenvolvimento. Assim, embora alguns elementos do estudo de Sachs permanecessem constantes, como a ideia de articular crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, o contexto em que foi elaborado resultou um conceito diferenciado. Ressaltavam, ao contrário, uma ênfase econômica e tecnológica e uma conciliação entre o modelo de desenvolvimento dominante e o meio ambiente que acabou por despolitizar a proposta de Sachs.

Enfim, o Relatório Brundtland traz uma das definições mais conhecidas de desenvolvimento sustentável como “aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991), estabelecendo os parâmetros e projetando o debate social sobre o desenvolvimento sustentável, partindo de uma concepção multidimensional de desenvolvimento, na qual há um equilíbrio entre as dimensões econômica ambiental e social.

4. Meio ambiente e crescimento econômico: Uma relação possível?

Como foi visto anteriormente a concepção dominante em torno da questão ambiental prevê o equilíbrio entre as esferas econômica, ambiental e social. Entretanto, de acordo com Benaion (2006) a relação entre o crescimento econômico e o meio ambiente tem sido historicamente antagônica. Anteriormente não haviam discussões e pesquisas sobre os efeitos da ação descontrolada do homem sobre o meio ambiente, o que poder-se-ia dizer, que a ignorância justifica determinadas atitudes. Todavia, atualmente, com o avanço da temática, o esgotamento dos recursos naturais e a contaminação ambiental continuam de forma severa, contínua e consciente.

Conforme alerta Reis (1982, p.171):

É certo que estamos chegando a um momento em que teremos todos de, numa tomada de consciência universal muito séria, medir as nossas responsabilidades e os perigos a que estamos expondo pelo tratamento bárbaro da natureza, pelo nosso comportamento agressivo em face dela, que saqueamos numa desenvoltura desumana e profundamente criminosa.

Podemos citar o caso particular da Amazônia, recordando que todo o processo de ocupação, datado do século XVII, foi e vem sendo realizado com a ação nefasta do homem. De acordo com Reis (1982, p.172) os portugueses de Lisboa expediam ordens com o objetivo de defender a natureza no seu potencial florestal e sua riqueza animal, as quais nunca foram cumpridas e obedecidas. O exemplo dos quelônios é citado, afirmando que

[...] só no ano de 1719, para as 192.000 libras de manteiga de tartaruga exportada pela Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, foi necessário exterminar 24 milhões de tartarugas!!!

Nos anos 60 as indústrias já eram condenadas pela degradação do meio ambiente. Anos depois a destruição ambiental não diminuiu, mas tem se espalhado cada vez mais por todo o mundo.

O quadro apresentado torna-se ainda mais angustiante quando pensamos no que vai acontecer no mundo que queremos deixar para as futuras gerações, pois apesar de estar regido por lei, a qualidade ambiental caminhando juntamente com o crescimento econômico, tem piorado de forma expressiva. Isso ao arripio da Lei 6.938/81, em seu Artigo 2 que estabelece: “A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.” Assim, não há milagre que recupere os danos causados pela fome de desenvolvimento. (MENEGHETTI, 2014)

Conforme evidenciado no item anterior as duas últimas décadas têm papel relevante na discussão em torno da questão ambiental, tanto no que diz respeito ao debate teórico, como no processo de tomada de decisão em várias partes do mundo, ganhando força nas discussões a nível internacional.

A esse respeito podemos citar o exemplo da Organização das Nações Unidas, uma organização internacional, que promoveu em setembro de 2000 a Assembleia do Milênio, a reunião de chefes de Estado e de governo que resultou na formulação de um documento que consolidou várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 90, dentre elas a Rio 92. Esse evento estabeleceu um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo – os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – os quais devem ser adotados pelos estados membros das Nações Unidas, e dentre os quais a discussão em torno da questão ambiental está presente entre seus vários eixos estruturantes:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
 2. Atingir o ensino básico universal;
 3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
 4. Reduzir a mortalidade infantil;
 5. Melhorar a saúde materna;
 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
 7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
-

8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Benaion (2006) assevera que a degradação da camada de ozônio, o aumento o efeito estufa, a ameaça de extinção de inúmeras espécies animais e vegetais, a contaminação dos mares, oceanos e área costeiras e a deterioração ambiental estão intimamente ligados à condição de subdesenvolvimento e pobreza em que vivem três quartos da população mundial, considerando, como resultante desse processo, a ação dos países ricos em relação aos países pobres. O autor cita a dívida ecológica dos países ricos para com os países pobres, a qual prossegue e mantém um círculo vicioso entre subdesenvolvimento, pobreza e degradação ambiental.

A relação conflituosa entre economia e ambientalismo está inserida no debate contemporâneo entre as políticas econômicas radicais e reformistas. Os reformistas neoliberais partilham da ideia de que a proteção ambiental é um impedimento ao crescimento econômico. Em contraponto estão os que concebem a combinação entre o crescimento econômico e a proteção ambiental, desde que se reconheça a dificuldade em conciliar economia e ecologia, acreditando na possibilidade de reverter o processo de degradação ambiental dentro do próprio sistema que a criou.

Nos princípios dessa economia ecológica são fundamentais novas formas de produção mais limpas, gestão ambiental dos recursos, avaliação do impacto ecológico, o futuro desenvolvimento e as medidas regulatórias flexíveis.

Entretanto, faz-se necessário destacar que estamos sob os ditames de uma economia globalizada e é preciso considerar que, com a globalização, os modelos dominantes de desenvolvimento econômico e tecnológico são impostos pelos países ricos, e estes modelos são aplicados nos países pobres através dos acordos internacionais de instituições como o FMI e o Banco Mundial. Ou seja, devido ao processo de globalização da economia capitalista, os países desenvolvidos e com indústrias avançadas possuem a hegemonia dos mecanismos de desenvolvimento econômico e de reforma ecológica e impõe aos países menos desenvolvidos o seu modelo de desenvolvimento econômico e “sustentável”.

Tomando por base a teoria do modelo modernizante de sustentabilidade em que a degradação ambiental é decorrente da produção industrial e de outras características inerentes às economias industriais contemporâneas, a solução, apontada por Benaion (2006, p.137), para os atuais e futuros problemas econômicos,

sociais e ambientais da sociedade passam pela:

[...] busca de novas tecnologias que usem energia limpa e renovável e técnicas de exploração dos recursos naturais que favoreçam, preservem e recuperem o meio ambiente, despoluindo rios, desenvolvendo sistemas de transportes mais eficientes e menos poluentes e que contribuam, sobretudo, para a redução do desemprego, para o aumento da renda nacional e da inclusão social.

Reis (1982) também assevera que a industrialização do mundo está ligada ao da produção de matérias-primas e conseqüentemente a degradação ambiental, onde as principais potências mundiais compraram e colheram os recursos essenciais à movimentação de seus parques fabris. O mesmo autor cita o relatório intitulado *Recursos para Liberdade*, o qual refere-se a necessidade *gigantesca* dos Estados Unidos no consumo de matéria-prima, depois de 1959.

Diante desse contexto, as soluções citadas por Benaion (2006) teriam que amoldar-se às restrições determinadas pelo mercado globalizado e pela desregulamentação governamental, reduzindo, dessa forma, a compatibilidade entre o crescimento econômico e a proteção ambiental e minimizando a eficácia das políticas e tecnologias adotadas, uma vez que foi a própria racionalidade econômica dominante, através de seus recursos científicos e tecnológicos, que causaram o processo de degradação ambiental.

A superação dessas contradições deve passar, necessariamente, pela mudança nos valores humanos e, principalmente nas estruturas sociais que exigem mudanças profundas e sistemáticas, com transformações profundas nos modelos de produção e consumo (BENAION, 2006).

Sob esse aspecto é importante mencionar novamente a contribuição ímpar da teoria sobre o ecodesenvolvimento, formulada por Sachs (1997), o qual propunha uma alternativa à concepção clássica de desenvolvimento com a articulação da educação, da participação social, da preservação dos recursos naturais e da satisfação das necessidades básicas, tendo a percepção de que os problemas ambientais estão na interdependência entre o modelo dominante de desenvolvimento e o meio ambiente.

Benaion (2006) também contribui na formulação de um ambientalismo de novo tipo, que rompa com o que está posto, propondo o autodesenvolvimento,

como um processo de mudança que deve ser realizado em consonância com as necessidades das gerações atuais e futuras, levando em conta a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional. Tal projeto de desenvolvimento deve priorizar, dentre outras coisas, a organização da economia no sentido de atender prioritariamente os mercados local e regional e as necessidades básicas da população, tornando a região mais autônoma e autossuficiente, levando em conta as características socioeconômicas de cada lugar.

Nesse particular, faz-se importante a contribuição de Reis (1982), quando cita o caso da Amazônia, reconhecendo a necessidade fundamental de conhecê-la em seus aspectos físicos, humanos e econômicos, compreendendo-a nas suas particularidades e nas suas possibilidades presentes e futuras para, então, bem propô-la.

Quanto a participação social, fundamental na proposição de um projeto de desenvolvimento local, que também está presente na proposta de Sachs (1997), Reis (1982, p. 213) fala sobre o modo como essa participação deve ser conduzida: “Que essa participação, todavia, seja conduzida por nós, de acordo com nossos desejos, sem afetar o exercício de nossa soberania, sem perturbar nossas características étnicas e culturais”.

Entretanto o que presenciamos a todo instante é um desrespeito as singularidades regionais, com projetos desenvolvimentistas que visam o crescimento econômico, mas que não consideram os aspectos sociais, culturais, etc. Quanto a isso podemos citar o exemplo do planejamento e construção da cidade de Manaus, retratada na *Ilusão do Fausto*, nos anos de 1890 a 1920, que para atender a demanda do capital internacional, foram cometidas diversas atrocidades. “Em nome do progresso, da modernidade e da funcionalidade, aterraram-se igarapés e com eles antigos costumes do povo” (DIAS, 2007, p.50)

Considerações finais

Verifica-se que mesmo com todo o avanço das discussões ambientais a nível internacional, as ações e propostas colocadas em práticas até hoje foram insuficientes para conter a degradação ambiental e social, uma vez que os interesses do capital no âmbito do processo de globalização da economia, ainda se mostram primordiais em detrimento dos aspectos sociais e ambientais.

Uma notícia vinculada à Rede UOL em maio de 2007, com relação ao aumento da dicotomia social na Ásia, mesmo com a expansão do crescimento econômico revela que:

O notável crescimento econômico registrado em 2006 na Ásia e na Oceania beneficiou somente uma parte da população e não diminuiu as desigualdades, afirma a Anistia Internacional (AI) em seu relatório anual, apresentado hoje em Londres. [...]

O relatório ressalta que a região foi fortemente afetada pela globalização e que “taxas invejáveis de crescimento econômico” foram alcançadas, em particular pelos dois gigantes asiáticos, China e Índia, apesar de persistirem grandes disparidades entre a renda, ou nível de vida geral, dos diferentes setores da população.

[...]O desenvolvimento econômico era promissor, mas não melhorou a vida do grande número de pessoas que estavam marginalizados ou sofriam discriminação, como mulheres e minorias étnicas, pois as estruturas de desigualdade subjacentes estavam profundamente enraizadas [...] (UOL, 2007).

Eriksson (1997) alerta que para funcionar de maneira sustentável, a sociedade global terá que encaminhar-se para uma situação de recursos mais equitativa, tanto por razões éticas como por razões de estabilidade social e que o princípio sociológico de uso de recursos na sociedade deve ser eficiente e justo no que se refere à satisfação das necessidades humanas.

Tal princípio mostra que a sustentabilidade conduz da esfera dos requisitos físicos à exigência de que a sociedade global seja uma sociedade justa e de acordo com Ericksson isso tem implicações éticas: uma ética global da sustentabilidade.

Entretanto, todo este sistema pautado no capitalismo explorador nos encami-

nhou para a real situação em que nos encontramos hoje. A transformação dessa situação em que a educação, a participação social, a preservação dos recursos naturais e a satisfação das necessidades básicas sejam consideradas, requer uma série de mudanças na forma de produzir e na própria organização social, acompanhada também de mudanças na base cultural e de valores, sendo necessário, para tanto, a participação da comunidade na tomada de decisões e determinações de políticas urbanas.

Assim, uma educação ampla e permanente, uma ampla participação nas decisões e uma responsabilidade e coerência social são peças valiosas na transição para uma sociedade sustentável.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em Dezembro de 2015.

Referências

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (pp. 17-39).

BENAION, Noval. **A subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

DIAS, Ednea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890–1920**. Manaus: Valer, 2ª edição, 2007.

JACKSON, Tim. **Prosperidade sem Crescimento: vida boa em um planeta finito**. São Paulo: Planeta Sustentável; Ed. Abril, 2013.

ERIKSSON, Karl-Erik. **Ciência para o desenvolvimento sustentável**. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) *Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas* - São Paulo: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

MENEGHETTI, Emanuelle Aline da Silva. **Desenvolvimento Econômico X Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/57009/desenvolvimento-economico-x-meio-ambiente#!1#ixzz3ge3d4OJL>> Acesso em 22 jul. 2015

MENDES, Marina Ceccato. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html>. Acesso em: 23 abr. 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial/ Editora da Unicamp, 2002.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Editora Civilização Brasileira, 5ª edição, 1982.

SACHS. Ignacy. **Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível?** Estudos Avançados. São Paulo, v.11, n.30, mai/ago 1997.

UOL. **Relatório da AI diz que crescimento econômico da Ásia beneficiou poucos.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/05/23/ult1766u21837.jhtm>>. Acesso em: 27 ago. 2014.